Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
PEC dos Precatórios é aprovada . . . 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Para analistas, piora fiscal pode levar o dólar a R$ 6 . . . 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Câmara dos Deputados aprova em 2° turno texto-base da PEC do Calote . . . 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA
As emendas secretas e as eleições - NAS ENTRELINHAS . . . 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Inflação é maior para famílias com renda menor e chega a 10,63% em 12 meses . . . 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Economistas dizem ao BC que dano de incerteza fiscal já é permanente . . . 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - AMBIENTE
ECONOMIA
Brasil virou bobo da corte no debate climático, diz especialista . . . 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Senado deve mudar texto, mas avalia que PEC ainda é melhor do que 'plano B' . . . 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Projeção para o Brasil é a pior na região . . . 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
'Regular mercado de carbono interessa ao Brasil' . . . 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Resolver questões sociais tem impacto positivo na economia . . . 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Mudança do teto gera R$ 94 bilhões para Bolsonaro gastar no ano eleitoral . . . 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Devolução de imposto pode beneficiar 1 em cada 3 no Brasil . . . 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Trabalho informal bate recorde e deve continuar a crescer . . . 28

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Réplica: A PEC 110 interessa ao Brasil . . . 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Na nova fila dos precatórios, o efeito "bola de neve" 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Relator quer elevar isenção do IR para R$ 3,3 mil 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Governo estuda criar fundo para combustíveis 33

PEC dos Precatórios é aprovada

Jorge VasconcellosIsrael Medeiros

Por 323 votos a 172, a Câmara aprovou, ontem, em segundo turno, a PEC dos Precatórios, com a qual o governo pretende obter uma folga no orçamento para viabilizar o Auxílio Brasil de R$ 400, em substituição ao Bolsa Família. A matéria segue, agora, para a análise do Senado.

Conforme estimativas iniciais do Ministério da Economia, a PEC deve abrir um espaço de R$ 91,6 bilhões no orçamento de 2022, mas esse valor ainda depende da **inflação** que será fechada no fim do ano.

Entre outros pontos, a proposta, que foi relatada pelo deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), altera o teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R$ 89 bilhões que estão previstos para serem quitados no ano que vem na forma de precatórios ? dívidas do governo reconhecidas pela Justiça.

Momentos antes de votarem a PEC em segundo turno, o plenário acatou um destaque apresentado pelo partido Novo e retirou do texto a parte que autorizava o governo a contornar a chamada "regra de ouro" por meio da lei orçamentária.

A regra de ouro proíbe a realização de operações de crédito ? emissão de títulos públicos ? em montante maior que as despesas de capital ? investimentos e amortizações de dívida. Atualmente, esse dispositivo legal só pode ser contornado por meio de créditos suplementares ou especiais com finalidade específica e aprovados em sessão conjunta do Congresso por maioria absoluta ? pelo menos 257 deputados e 41 senadores.

Com o objetivo de atrair o apoio dos prefeitos, o parecer do relator autoriza o parcelamento, em até 240 meses, das dívidas dos municípios com a Previdência. O benefício vai atingir os débitos vencidos até 31 de outubro de 2021, inclusive os parcelados anteriormente, com redução de multas e juros.

Atualmente, 4.387 prefeituras devem à Previdência. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), essas dívidas totalizam R$ 126,5 bilhões, sendo R$ 104 bilhões no âmbito da **Previdência Social** (**INSS**) e R$ 22,5 bilhões dos regimes próprios.

Adiamento

Dos R$ 89 bilhões que devem ser pagos em precatórios em 2022, a PEC definiu que o valor será limitado ao montante que foi quitado em 2016 (R$ 30,3 bilhões), reajustado pelo Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A estimativa é de que esse teto seja de cerca de R$ 40 bilhões.

Ainda conforme a proposta, o restante dos R$ 89 bilhões seria honrado nos anos seguintes, com reajuste pela taxa Selic, acumulada mensalmente. Ficará fora dos limites previstos na PEC o pagamento de requisições de pequeno valor para o mesmo exercício, de até R$ 600 mil, que terão prioridade para serem pagos.

Teto

O texto aprovado pela Câmara muda a forma de cálculo do teto de gastos ? regra constitucional que limita o aumento das despesas públicas à **inflação**.

Atualmente, o teto leva em consideração a variação do IPC ? índice oficial de **inflação** calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ? para um período de 12 meses encerrado em junho. Ou seja, para 2022, o valor do teto já foi calculado.

Já as principais despesas do Orçamento (aposentadorias, abonos e seguro-desemprego), ainda conforme as regras atuais, são calculadas pelo ano fechado (janeiro a dezembro).

A proposta da PEC é unificar o momento de atualização e corrigir o teto de gastos no fim do ano, com as demais despesas. Ou seja, calcular a **inflação** entre janeiro e dezembro para o teto, assim como para o restante do Orçamento. Para 2022, essa fórmula poderia dar uma folga fiscal, já que a **inflação** cresceu nos últimos meses.

Oposição

Na votação da PEC em primeiro turno, na semana passada, a liderança do PDT na Câmara orientou a bancada a votar pela aprovação da proposta. Dos 25 deputados da sigla, 15 acataram a orientação. Contrariado, o pedetista Ciro Gomes anunciou a suspensão de sua pré-candidatura à Presidência da República.

No PSB, também no primeiro turno, a orientação da liderança foi pela rejeição da PEC. Dos 32 deputados da legenda, 10 votaram a favor da proposta. Na ocasião, a proposta foi aprovada pelo placar apertado de 312 votos a 144 ? o mínimo necessário são 308.

Antes da votação em segundo turno, o presidente do PSB, Carlos Siqueira, enviou uma carta aos deputados do partido pedindo voto contrário à PEC. "Solicito a V.Exa. considerar a revisão do voto que ofereceu na oportunidade do 1° turno das votações, de forma a se somar ao contingente de parlamentares que perseguem tanto a preservação e promoção da justiça, quanto a oposição a um governo que tanto mal tem feito ao país", diz um trecho da carta.

No PDT, o líder da sigla na Câmara, Wolney Queiroz (PE), anunciou a mudança de orientação no fim da noite de segunda-feira. "Hoje à noite, por maioria, decidimos mudar a posição da bancada na votação em segundo turno da PEC 23. A decisão se deu em nome da preservação da unidade partidária", frisou. Durante a sessão de ontem, Queiroz disse que a "razão fundamental da mudança foi a manutenção da tão cara unidade partidária".

Porém, essas movimentações no PSB e no PDT não foram suficientes para evitar a aprovação da PEC em segundo turno. Pesaram a favor da proposta, ontem, os votos de parlamentares que, no primeiro turno, estavam ausentes da sessão. Na semana passada, muitos cumpriam missão oficial na COP26, em Glasgow, na Escócia, e não votaram, embora a Mesa Diretora da Câmara tenha publicado um ato permitindo que eles votassem.

Leia mais na página 7

Lamentações na oposição

Deputados de oposição diziam ainda ter esperança de que a PEC não fosse aprovada.

Assim que a votação foi aberta, porém, eles já admitiam que nada mais poderia ser feito. "Aquele erro do PDT foi muito ruim porque era no primeiro turno o momento de derrotar a PEC 23", lamentou o deputado Israel Batista (PV-DF).

Para analistas, piora fiscal pode levar o dólar a R$ 6

Em reuniões com diretores do Banco Central nos últimos dias, analistas de instituições financeiras traçaram um quadro pessimista para a economia. A avaliação é de que as regras fiscais não serão mais respeitadas pelo governo, e essa mudança no humor vem se refletindo nas projeções de crescimento do país, que não param de serem revisadas para baixo, com queda de **PIB** no ano que vem e, em alguns casos, até em 2023. Além disso, as previsões para a **inflação** acima do teto da meta de 2022, de 5%, aumentam, e analistas não descartam que o dólar chegue a R$ 6.

Economistas que participaram dos encontros avaliaram que o quadro fiscal tende a se deteriorar independentemente da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que parcela dívidas judiciais e altera a regra do teto de gastos, abrindo espaço para mais despesas em ano eleitoral.

Para os operadores do mercado financeiro, a aprovação da PEC é "menos ruim" do que a rejeição, apesar de o teto de gastos não ser efetivamente respeitado, em ambos os casos. Analistas mais atentos aos impactos de longo prazo reconhecem que haverá perda na confiança de investidores no país por conta das "pedaladas" com a PEC, que são muito maiores do que as que provocaram o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

"O mercado acreditava que o ministro Paulo Guedes (Economia) evitaria uma piora nas regras fiscais, mas, agora, percebeu que ele aceita tudo para evitar a perda de poder", lamentou um economista de uma gestora estrangeira.

Entre os analistas, há um consenso de que a regra do teto poderia ser aperfeiçoada ou mudada, mas não em véspera de ano eleitoral, porque isso mina qualquer promessa de responsabilidade fiscal.

"O cenário é muito ruim, e temos que pensar em contenção de danos. A **inflação** sobe e o BC vai elevar ainda mais os juros para desancorar as expectativas não apenas para 2022, mas também olhando para o horizonte de 2023 e 2024", destacou uma analista.

Eleição

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, vinha alertando para esse cenário de deterioração das regras fiscais e o câmbio mais elevado há algum tempo. "É possível chegarmos com o dólar a R$ 6 com a piora fiscal contratada do Centrão, em conjunção com uma eleição mais do que tumultuada", disse Vale. Ele prevê 0,4% de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022, mas não descarta piora na projeção. "Podemos ir de fato para uma recessão com juros mais altos do que estamos agora", alertou.

Um economista de uma corretora financeira também acha que o dólar a R$ 6 "não parece fora de propósito". "Na reunião de que eu participei, ninguém fez essa projeção, mas a incerteza ainda é muito grande", destacou.

Câmara dos Deputados aprova em 2° turno texto-base da PEC do Calote

Danielle Brant, Thiago Resende e Ranier Bragon

Em uma vitória do governo Jair Bolsonaro e de Arthur Lira (PP-AL), o plenário da Câmara dos Deputados concluiu na noite desta terça-feira (9) a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, proposta que dá calote em dívidas judiciais da União.

A medida é prioridade do Executivo para garantir o pagamento do Auxílio Brasil de R$ 400 de dezembro até o final de 2022, ano em que Bolsonaro deve disputar a reeleição, além de abrir espaço para outros gastos federais. Pela proposta, cerca de R$ 90 bilhões devem ser liberados para despesas no próximo ano.

O texto-base foi aprovado em segundo turno por 323 votos a 172, 15 a mais do que o mínimo necessário para mudanças na Constituição, 308. Os deputados rejeitaram propostas de supressão de dispositivos da PEC no segundo turno. A medida segue para análise do Senado, onde deve encontrar mais dificuldades, segundo avaliação do próprio Bolsonaro.

Apesar de perder apoio na bancada do oposicionista PDT entre o primeiro e o segundo turnos, o governo e o presidente da Câmara conseguiram ampliar a base de apoio à PEC nesta terça.

Entre outras estratégias, patrocinaram uma operação que envolveu distribuição de R$ 1,4 bilhão em emendas parlamentares nas últimas duas semanas. Para isso, foram usadas as emendas do relator do Orçamento, cuja distribuição atende apenas a critérios políticos e que foram suspensas nesta terça pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Essas emendas são controladas e distribuídas na Câmara por Lira, com aval da ala política do governo Bolsonaro.

A ofensiva ampliou a base de apoio entre deputados aliados que não votaram no primeiro turno, em partidos como o DEM, PSDB, PP, PSL e Republicanos.

Em entrevista à GloboNews durante a votação de destaques no segundo turno, Lira foi questionado sobre a decisão do STF de suspender as emendas de relator. Ele qualificou a vitória segundo turno de "excelente", de "demonstração de força da Câmara" e destacou o aumento da votação em relação ao primeiro turno.

O deputado disse que será criado um grupo de trabalho antes de o STF terminar o julgamento ou análise do mérito da questão para que a solução venha do Legislativo. "O orçamento é atribuição do Legislativo", disse, acrescentando que as emendas são rastreáveis. "Emenda parlamentar não deve e não será criminalizada."

"Quando o Supremo decide interferir no andamento interno de um processo legislativo do Congresso Nacional, nós precisamos sentar, conversar para não ter, e a Câmara nunca fez, nem o Senado, eu espero, flechadas de todos os lados."

Outra parte da estratégia foi garantir votos de deputados que estão fora de Brasília, por meio de uma manobra adotada por Lira que flexibilizou as regras de retorno às votações presenciais.

Durante a votação, o governo sofreu apenas uma derrota. O revés, no entanto, não afetou os pilares da proposta.

Os deputados retiraram dispositivo que desobrigava o Executivo a pedir autorização específica ao Congresso para descumprir a regra de ouro, que impede que o governo se endivide para pagar despesas correntes, como salários e aposentadorias.

O texto foi excluído por 303 a 167 -precisava de pelo menos 308 votos para ser mantido. A decisão ocorreu após o PDT mudar o posicionamento e orientar contra a PEC, depois de votar a favor do texto principal na semana passada.

A bancada do PDT, que tem 25 deputados, deu na semana passada 15 votos a favor da proposta. Isso contribuiu para a vitória apertada do governo, mas abriu uma crise no partido. Ciro Gomes (PDT) afirmou ter suspendido sua candidatura a presidente da República em protesto contra a decisão da bancada.

A cúpula do partido então atuou para reverter o apoio dos deputados à PEC, que é vista como uma medida de fortalecimento da campanha de Bolsonaro à reeleição. Nesta terça, apenas de 4 a 5 dos 25

deputados do partido votaram com o governo.

O primeiro turno da PEC havia sido aprovado na semana passada por 312 votos, apenas 4 a mais do que o mínimo necessário.

A PEC, se aprovada pela Câmara e Senado, irá liberar mais de R$ 91 bilhões em gastos para o ano eleitoral de 2022, segundo o Ministério da Economia.

Entre as tentativas de mudança derrubadas pelos governistas nesta terça esteve um destaque do MDB, rejeitado por 316 votos, que tentava alterar um dos principais pontos da PEC -o que prevê um drible no teto de gastos, regra que impede o crescimento das despesas públicas acima da **inflação**.

O plano do governo com a PEC é alterar retroativamente o cálculo desse limite, ampliando, na prática, a margem para mais despesas no fim de 2021 e em 2022.

A oposição e outros partidos contrários à medida criticam a proposta destacando que o intuito do governo não se restringe ao Auxílio Brasil, mas abre margem inclusive para a ampliação das emendas parlamentares sob controle de Lira.

"Eu quero deixar claro que nós defendemos o incremento do Bolsa Família, hoje chamado pelo atual governo de Renda Brasil [Auxílio Brasil], e defendemos preservando o teto de gastos, preservando, na verdade, a responsabilidade fiscal", afirmou o líder da bancada do MDB, Isnaldo Bulhões (AL).

Bolsonaro determinou, em outubro, o aumento do Auxílio Brasil (substituto do Bolsa Família) para R$ 400, deflagrando uma crise entre as alas política e econômica do governo.

A solução para atender à demanda do presidente foi driblar o teto de gastos, propondo alteração no cálculo da regra fiscal na PEC dos Precatórios.

Essa medida, que já estava na Câmara, prevê um limite para pagamento de precatórios (dívidas da União reconhecidas pela Justiça), o que libera mais espaço no Orçamento.

As duas mudanças previstas na PEC -envolvendo o teto de gastos e os precatórios- têm potencial de abrir uma folga superior a R$ 90 bilhões no próximo ano, garantindo recursos para o Auxílio Brasil e um auxílio para caminhoneiros e compensar o aumento de despesas vinculadas à alta da **inflação**.

O aumento de gastos na área social é uma aposta de Bolsonaro e aliados para tentar fortalecer o presidente na disputa à reeleição de 2022.

Um dos pontos de divergência tratava da garantia do pagamento de dívidas de repasses do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Há cerca de R$ 15,6 bilhões em precatórios desse tema para Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas.

A votação foi marcada pelo lobby presencial de prefeitos, que lotaram o Salão Verde da Câmara, porta de entrada do plenário, pressionando pela aprovação da medida que, entre outras coisas, vai permitir que municípios parcelem dívidas com a União caso aprovem reformas da Previdência locais.

O governo espera que a PEC seja promulgada pelo Congresso em até duas semanas. Sem isso, não haverá espaço no Orçamento para que o pagamento dos R$ 400 do Auxílio Brasil seja iniciado em dezembro, como já foi anunciado pelo Palácio do Planalto. O custo dessa medida é de aproximadamente R$ 50 bilhões em 2022.

Além disso, os recursos liberados com a PEC também devem ser usados para outras promessas de Bolsonaro.

Cerca de R$ 600 milhões devem ser usados para pagar o auxílio-gás. O Congresso aprovou um projeto que subsidia em pelo menos 50% o valor do botijão para famílias de baixa renda, com objetivo de aliviar o efeito do aumento do preço do produto no orçamento familiar.

Para a chamada "bolsa diesel", devem ser usados R$ 3,6 bilhões no próximo ano. Bolsonaro prometeu que lançaria um programa de R$ 400 por mês a cerca de 750 mil caminhoneiros.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49725&anchor=6445069&pd=4cd8e827ff882b1b86aa5d859aad28b0

As emendas secretas e as eleições - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

Embora não tenha encerrado o julgamento até o fechamento da coluna, por maioria, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a decisão provisória da ministra Rosa Weber que suspendeu as chamadas "emendas de relator" ao Orçamento da União, conhecidas como orçamento secreto, que estão sendo anabolizadas com aproximadamente R$ 20 bilhões pela PEC dos Precatórios. É jogo jogado, mesmo que o julgamento venha a ser interrompido. Tecnicamente, garantiram a maioria os seguintes ministros: Rosa Weber, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes.

Foi um chega para lá no presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que, na segunda-feira, solicitara uma audiência ao presidente do Supremo, Luiz Fux, para pressionar a Corte. Lira agiu como um velho "coronel" de Arapiraca (AL) a intimidar o juiz da comarca. Ao contrário das emendas individuais, que seguem critérios bem específicos e são divididas de forma equilibrada entre todos os parlamentares, as emendas de relator não seguem regras transparentes, são destinadas de forma arbitrária, no bojo de articulações de bastidor com propósitos eleitorais, sem fiscalização, o que também facilita superfaturamentos e desvios de recursos públicos. Arapiraca, reduto eleitoral do ex-senador Benedito Lira (PP), atual prefeito, e seu filho, que hoje preside a Câmara, foi o município mais contemplado com verbas federais.

A PEC dos Precatórios foi aprovada em primeira votação na semana passada, mas ainda restam emendas a serem apreciadas, além do segundo turno de votação (por se tratar de emenda constitucional, precisa ser aprovada duas vezes, na Câmara e, depois, no Senado). Para obter 312 votos, quatro a mais do que os 308 necessários para modificar a Constituição, Lira contou com apoio de aliados nos partidos de oposição, o que provocou forte constrangimentos para suas lideranças nacionais, como Ciro Gomes, pré-candidato a presidente do PDT, que peitou os 15 dos 24 deputados que votaram a favor da PEC. No PSDB, foram 22 dos 31 deputados, o que constrangeu os governadores de São Paulo, João Doria; e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que disputam as prévias da legenda para escolha do candidato tucano à Presidência. Houve reação da cúpula dos partidos, que pressionaram as respectivas bancadas a mudarem de posição. Se não houver ajustes na PEC, por meio de destaques, a emenda constitucional pode morrer na praia.

Um dos ajustes, por exemplo, foi a manutenção da chamada "regra de ouro", que impede o governo de contrair dívida para pagar despesas correntes, como salários de servidores e benefícios previdenciários, além de outros gastos da máquina pública, que era um tremendo trem da alegria embarcado na PEC. Ou seja, o governo só pode fazer novas dívidas para pagar dívidas antigas ou fazer investimentos, que podem depois se refletir em crescimento da economia e em aumento da arrecadação. Não pode ficar rolando dívidas de custeio e pessoal com novas dívidas, como se fazia antigamente, farra que acabou com a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada no final do governo de Fernando Henrique Cardoso.

O xis da questão na PEC dos Precatórios é o rombo no teto de gastos, oficialmente estimado em R$ 86 bilhões, mas que pode chegar a R$ 100 bilhões, segundo estimativa dos especialistas em contas públicas. O teto de gastos ancora o equilíbrio das contas públicas, com reflexos em toda a economia. O governo fez uma manobra no cálculo do teto, que era de junho a junho e passou a ser de janeiro a dezembro, e deu um calote no pagamento das dívidas judiciais da União, para criar do nada a folga fiscal de R$ 86 bilhões. Em termos de geração de riqueza, esses recursos não existem; a alternativa mais eficaz seria cortar despesas supérfluas de custeio e pessoal, o que seria perfeitamente possível em se tratando de um orçamento de R$ 1 trilhão.

O pano de fundo de tudo isso são as eleições. O maior interesse do governo é viabilizar recursos para o programa de Bolsonaro que vai substituir o Bolsa Família, herança do governo Lula, que deixou de existir, além de outros benefícios, com propósitos eleitorais, como o vale gás e o subsídio de R$ 400 para os caminhoneiros. Acontece que o Centrão também quer uma parte do "extra teto" para contemplar aliados políticos e redutos eleitorais. É um jogo desesperado, que pode virar uma rajada no próprio pé: mais **inflação**, juros mais altos, dólar mais caro, menos crescimento e menos empregos. Para Arthur Lira (PP-AL), agora, a única saída é dar transparência às emendas, ou seja, revelar seus acordos de bastidores, e pagar para o ver o resultado

nas eleições, inclusive em Alagoas.

Inflação é maior para famílias com renda menor e chega a 10,63% em 12 meses

Leonardo Vieceli

Famílias com renda menor são atingidas por uma **inflação** acumulada maior, acima de 10% em 12 meses, indica novo estudo da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) divulgado nesta terça-feira (9).

O quadro preocupa porque a camada da população com salários inferiores tem menos condições financeiras para lidar com a carestia de itens básicos para o seu bem-estar, como alimentos, gás de botijão e energia elétrica.

O estudo da Fipe utiliza dados do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), calculado pela fundação no município de São Paulo.

A novidade é a divisão dos resultados de acordo com três faixas de renda. O objetivo é mostrar que a alta dos preços afeta a população de formas diferentes.

No acumulado de 12 meses, até outubro, a faixa com renda familiar menor, de um a três salários mínimos, registrou **inflação** de 10,63%. É o maior percentual da pesquisa realizada na capital paulista.

Na camada intermediária, com rendimento familiar de três a oito salários mínimos, a alta foi de 10,38% no mesmo período.

A menor **inflação** em 12 meses foi verificada entre as famílias com renda maior (acima de oito salários mínimos): 9,67%.

Segundo a Fipe, o avanço dos preços na faixa da população com menos recursos foi puxado por alimentação e habitação.

Isso ocorre porque os dois grupos pesam mais nas despesas dessa camada e reúnem itens que dispararam ao longo da pandemia.

Os alimentos ficaram mais caros com a demanda aquecida por commodities agrícolas no mercado internacional e o dólar alto.

Já o grupo de habitação abrange itens como energia elétrica e gás de botijão, que subiram com a crise hídrica e o aumento dos combustíveis, respectivamente.

"A perda de poder de compra e bem-estar é imensa", define o pesquisador da Fipe Guilherme Moreira, coordenador do IPC.

"Com a **inflação**, a renda alta deixa de trocar de carro, de viajar, mas não deixa de se alimentar. Para a renda mais baixa, há uma perda de qualidade de vida."

No acumulado deste ano, até outubro, a faixa de um a três salários mínimos também sente uma elevação mais firme dos preços: 8,5%.

No mesmo período, a camada intermediária (três a oito salários mínimos) teve **inflação** de 8,43%. Na renda alta (superior a oito salários mínimos), o avanço foi de 7,84%.

"Todos sentem impactos consideráveis. Mas a **inflação** é muito mais perversa para a baixa renda, que tem poucos mecanismos para compensar a alta de preços. As famílias mais ricas conseguem se proteger melhor", analisa Moreira.

No mês de outubro, a renda alta até teve uma **inflação** levemente superior aos demais grupos. A alta dos preços para essa camada foi de 1,06%, com o impacto de itens como viagens e gasolina.

A **inflação** entre a renda mais baixa foi de 1,02% em outubro. Na faixa intermediária, o avanço ficou em 1%.

Durante a pandemia, a escalada inflacionária e as dificuldades no mercado de trabalho espalharam no país cenas de pessoas em busca de doações e até de restos de comida.

Em Fortaleza (CE), por exemplo, um vídeo recente mostra um grupo à procura de alimentos em um caminhão de lixo.

Outros casos que ficaram conhecidos foram registrados no Rio de Janeiro, onde um caminhão distribuía restos de carne, e em Cuiabá (MT), que teve filas em busca de doações de ossos de boi.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49725&anchor=6445069&pd=4cd8e827ff882b1b86aa5d859aa

d28b0

Inflação por faixa de renda

Famílias com rendimento menor sofrem mais com alta de preços acumulada na pandemia (dados em %)*

Inflação acumulada em 12 meses
Até out.21

Inflação acumulada no ano
Até out.21

Inflação mensal
Em out.21

*Resultados calculados no município de São Paulo Fonte: IPC/Fipe

Economistas dizem ao BC que dano de incerteza fiscal já é permanente

Larissa Garcia

Em dois dias de reuniões fechadas com o Banco Central, entre segunda (8) e terça-feira (9), analistas do mercado financeiro foram unânimes quanto ao estrago causado por incertezas fiscais na economia. Com isso, os economistas devem piorar nas próximas semanas as projeções para a **inflação** e para o crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2022.

Para muitos, segundo relatos de participantes à Folha, independentemente dos próximos passos do Congresso na agenda fiscal, o dano já é permanente. A avaliação é que houve perda de credibilidade em relação à âncora fiscal do país, o que impacta indicadores como **inflação**, taxa de juros e câmbio.

Um dos participantes, que preferiu não se identificar, contou que há uma crise de confiança, de reputação e perda de credibilidade que já leva a economia para outro equilíbrio, mudando expectativas de câmbio, de **inflação**, de crescimento, de taxa de juros e de dinâmica da dívida pública.

A manobra do governo para driblar o teto de gastos foi mal recebida pelo mercado e levou a uma mudança de postura do BC na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), no fim do mês passado. Na ocasião, a taxa básica de juros (Selic) foi elevada em 1,5 ponto percentual, a 7,75% ao ano.

A alta foi maior que a indicada na reunião anterior, em setembro, quando sinalizou que subiria novamente a Selic em 1 ponto percentual. O presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, e diretores reiteraram em eventos dos quais participaram ao longo das últimas semanas que o plano era manter esse ritmo nas decisões seguintes.

Na semana anterior ao Copom, no entanto, o governo e seus a lia do s no Congresso inseriram na PEC (proposta de emenda à Constituição) que adia o pagamento de precatórios uma mudança na regra de correção do teto de gastos que, na prática, expande o limite das despesas federais com o objetivo principal de financiar o novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, que substitui o Bolsa Família.

Diante disso, o BC teve que acelerar o ritmo de aperto monetário para tentar levar a **inflação** de 2022 e 2023 à meta.

O ruído fiscal em torno do possível rompimento do teto de gastos fez com que economistas piorassem as projeções para o próximo ano.

De acordo com o boletim Focus desta semana, em que o BC divulga expectativas do mercado, a Selic deve terminar 2022 em 11% ao ano, a **inflação** a 4,63% e o **PIB** deve crescer 1%. Há quatro semanas, as estimativas eram de 8,75% ao ano, 4,17% e 1,54%, respectivamente.

Um dos participantes resumiu que há consenso sobre os danos produzidos pelas incertezas fiscais e também de que haverá desaceleração econômica e queda da **inflação** em 2022. Os economistas, contudo, divergem sobre a intensidade da queda da atividade e da desinflação.

Segundo relatos, parte dos economistas diz acreditar que a **inflação** ficará entre 5% e 6% no próximo ano e outra parte que acha que a desinflação será maior, 4% e 5%.

Os analistas apresentaram ao BC projeções mais baixas para o **PIB** com crescimento abaixo de 1% e mostraram preocupação com a possibilidade de retração em 2022.

Um dos participantes contou que todos concordaram que houve uma quebra fiscal relevante. Segundo ele, alguns estão mais pessimistas, outros acham que há exagero na reação do mercado, embora concorde que o movimento de perda de confiança foi significativo.

Outro convidado afirmou que há dúvidas quanto ao patamar que chegará a taxa básica de juros, já que com o novo nível do dólar (em torno de R$ 5,50) seria difícil que o BC conseguisse colocar a **inflação** no centro da meta em 2022. Para ele, ainda assim, haveria uma desinflação importante, de 9% para 5%.

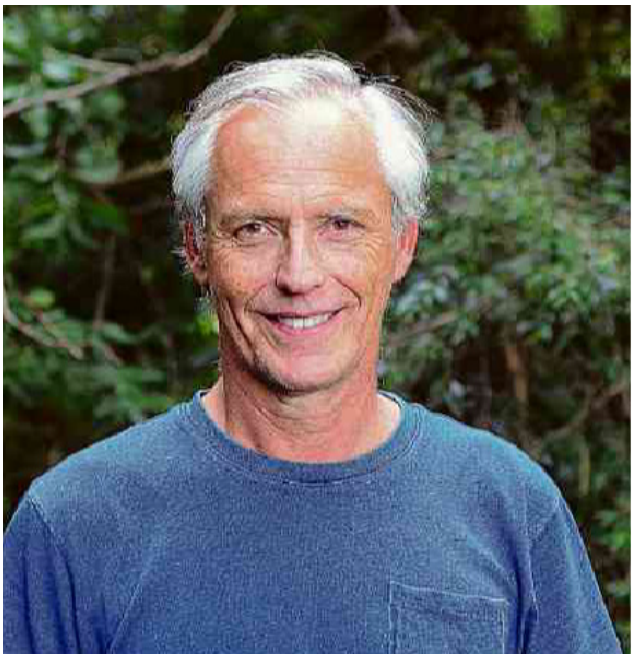
Com o aumento das incertezas, alguns analistas apresentaram intervalos para as suas projeções - normalmente é apresentado apenas um número para cada indicador.

Nessas reuniões, que ocorrem a cada trimestre, o BC não se pronuncia, apenas ouve análises, demandas e

preocupações dos economistas. Os encontros, feitos em dois dias e divididas em três grupos, antecedem a publicação do Relatório de **Inflação**.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49725&anchor=6445069&pd=4cd8e827ff882b1b86aa5d859aad28b0

Brasil virou bobo da corte no debate climático, diz especialista



Catia Seabra

Durante 22 anos como economista do Banco Mundial para o Meio Ambiente, Sérgio Margulis, 66, acompanhou programas de mais de 40 países. Hoje aposentado, afirma que a comunidade global vê o governo brasileiro como patético, uma tragédia na questão climática.

Margulis critica o presidente Jair Bolsonaro por desperdiçar os dois diferenciais competitivos do Brasil: suas fontes renováveis de energia e a maior biodiversidade do planeta. Ele acusa o governo de perseguir todos os que, no Ministério do Meio Ambiente, tentam combater o desmatamento da Amazônia.

Sérgio Margulis, 66, trabalhou por 22 anos no Banco Mundial e é autor do livro "Mudanças do clima, tudo o que você queria e não queria saber" - Divulgação

No livro "Mudanças do Clima, Tudo O Que Você Queria e Não Queria Saber" (clique aqui para baixar grátis), lançado este ano pela Fundação Konrad Adenauer e o Instituto Clima e Sociedade, Margulis critica o modelo de negociações, como a Conferência das Partes, porque não há mais tempo, segundo ele, para reuniões com mais de 200 países.

O economista sugere que os 20 países mais ricos, responsáveis por 80% das emissões de carbono, entre eles o Brasil, assumam as decisões antes que seja tarde, se já não for.

•

No livro "Mudanças do clima", o sr. afirma que o Brasil passou de protagonista nas discussões mundiais a "bobo da corte". Por quê? Nos governos anteriores, o Brasil se saiu relativamente bem no contexto internacional, talvez por ser um resumo do planeta, ter diversidade grande de renda, cores, raças, clima, tudo. É criativo, tem uma parte desenvolvida e outra com fome como na África. Isso gerou certa simpatia e ainda exercemos uma certa liderança porque o Itamaraty tem diplomatas muito bons.

De repente, na questão climática, a política deliberada do governo Bolsonaro foi a de virar o bobo da corte. Está cumprindo muito bem o papel. O presidente vai lá na ONU, de forma descarada, fazer promessas sem qualquer confiabilidade. É um governo que exibe orgulho por desprezar a questão climática, e a comunidade global acha isso uma palhaçada, vê o governo brasileiro como patético, uma tragédia na questão climática.

O próprio presidente Bolsonaro tinha prometido, na Cúpula do Clima, reduzir em dez anos, para 2050, o prazo para emissão zero de carbono. Não foi positivo? Não foi uma promessa crível, nada tem respaldo técnico. Ninguém sabe de onde saiu a conta, que não fecha. Nos governos Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma e **Temer**, havia uma participação da sociedade civil para subsidiar o Ministério do Meio Ambiente com estudos, discussões. Agora nada existe. O governo disse que tinha consultado empresas e ONGs para levar uma proposta a Glasgow, mas todas desmentiram.

Também não tem credibilidade a promessa de reduzir à metade a emissão de gases de efeito estufa até 2030? É ver para crer. O governo assumiu com o compromisso político de destruir a questão ambiental e climática no Brasil e está cumprindo à risca. Agora ficou lá pressionado, se sentiu acuado e disse, provavelmente para inglês ver, que sim. Vai voltar para cá e vai continuar.

Mas isso não prejudica o próprio setor produtivo, por desperdiçar recursos do mercado de carbono?

Trabalho há 42 anos com conceitos de desenvolvimento sustentável, e vejo o país perder uma riqueza incalculável, jogar fora o maior potencial e vantagem comparativa de fontes renováveis do planeta, uma biodiversidade que ninguém tem. Não estou falando em abraçar árvore, mas em competição econômica pura, comercial.

O Brasil daria um salto absurdo se soubesse aproveitar a Amazônia. Tente imaginar o que os Estados Unidos fariam se a Amazônia fosse lá. Colocariam as melhores universidades para fazer todas as pesquisas imagináveis. O modelo do Bolsonaro é queimar e colocar uma vaca pastando por hectare. Isso não dá retorno e emite quantidade absurda de carbono.

Por qualquer lógica, o Brasil é que deveria colocar o pé no acelerador para descarbonizar o planeta, é o país que mais tem a ganhar com isso. Os outros teriam de fazer um esforço gigantesco para tentar alcançar.

O agronegócio é importante, mas 100% do incremento do agro tec pop foi pelo investimento do setor em pesquisa, apoio da Embrapa, não pela expansão da área agrícola para a Amazônia. Quem exporta sabe que o mundo está de olho, o Brasil vai sofrer sanção.

Agora? Não demora. A Europa está taxando, já chamaram o Paulo Guedes para falar de carbono. É óbvio que vai acontecer, ninguém vai deixar barato. O governo puxa o Brasil para trás em vez de pegar carona com o pessoal bom da agropecuária, o que inova, que está inserido no mercado global.

Prefere a idade da pedra, o discurso dos anos 70 de que ambiente e crescimento são excludentes. Pergunte se a Alemanha perdeu competitividade por ter os padrões mais restritivos em defesa do ambiente. Quanto maior é a preocupação ambiental, maior é a competitividade industrial.

Em outros governos que o sr. acompanhou, de Collor a Bolsonaro, os ministros do Meio Ambiente sempre se confrontaram com os setores da economia. É verdade. Mesmo na época do PT era um "pega pra capar" com empresário e a visão do partido obreiro, que põe a questão social acima de tudo. Nenhum ministro do Meio Ambiente teve bonança, sempre foi ladeira acima, brigando, enfrentando.

A diferença é que havia embate, ministro do Meio Ambiente defendia o meio ambiente, e agora defende a boiada. A Marina Silva foi ministra do Lula, não aguentou o tranco, mas era um nome forte. O Zequinha Sarney era forte, o Carlos Minc brigava, ninguém estava de enfeite.

Agora a gente sabe que defender seus recursos naturais, capitalizar a energia limpa, é a última chance de o Brasil se desenvolver. Mas o governo nega o problema climático, faz tudo para acabar com esses recursos e não tem política para o país se tornar competitivo.

Você deve imaginar quantas pessoas eu conheço no Ministério do Meio Ambiente. Ninguém pode falar comigo, me contar o que acontece. Temem ser gravados, que alguém os persiga. São pessoas que dedicaram a vida a combater as mudanças do clima e estão escanteadas por um regime persecutório.

Como avalia o discurso de Bolsonaro de que os países ricos são os culpados pelo efeito estufa e, portanto, devem se responsabilizar por tudo? Ele está correto ao dizer que os ricos são os responsáveis, mas o Brasil está entre os dez maiores emissores, não é uma santa. O que ele finge não entender é que, se alguém está preparado para a mudança do clima, é o grupo dos países ricos. Causaram o problema, mas os pobres vão sofrer muito mais.

Rússia, Canadá, Finlândia, Noruega, Suécia vão ganhar área de agricultura se houver aquecimento. Nós vamos sofrer muito. O preço de um tufão mais forte em Bangladesh é insuportável para o **PIB**. A gente tem o risco seríssimo de savanização da Amazônia.

Os danos climáticos são irreversíveis? Alguns sim, outros não. Os padrões climáticos só vão piorar. Mesmo que a gente consiga limitar a dois graus, quem disse que uma elevação média de dois graus é suportável para todos? O aquecimento não acontece devagar e bonitinho, igual para todo mundo. Tem lugar que vai aquecer zero, outro vai aquecer oito graus.

A característica fundamental da mudança do clima é o aumento da variação, mais frequência e mais extremos. Há pontos de ruptura que me deixam apavorado, como o metano que pode se soltar na Rússia com o descongelamento. Dependendo do gelo que se despencar da Antártica, uma onda eleva o oceano e não haverá o que fazer. As pessoas falam que pode não ser bem assim. É verdade, mas também pode ser bem pior.

O Brasil tem condições de zerar suas emissões e ganhar dinheiro no mercado de carbono? A economia verde é isso. Os países ricos têm feito do pós-Covid uma oportunidade de refazer suas economias em moldes verdes. Com dois meses, Joe Biden chamou a Cúpula da Terra, 40 chefes de Estado, não para tratar da pandemia, mas de mudança do clima.

O mundo está correndo, há planos bilionários de incentivo, a Europa voa. O governo americano tem US$ 2 trilhões para forçar emissões zero no mundo, aumentar eficiência energética, treinar e capacitar pessoas para a produção de energia do vento, do sol, da biomassa. E nós vamos entregando o jogo, perdendo a chance de estar 40 passos à frente da China.

Qual foi o maior revés ambiental no governo Bolsonaro, o mais difícil de reverter? Sem dúvida, o incentivo ao desmatamento da Amazônia, por tudo que representa em perda econômica. O presidente é tão mesquinho que faz questão da destruição até das áreas indígenas, o pessoal mais fragilizado e a maior riqueza antropológica do mundo.

A política dele e do general Hamilton Mourão é de mentir sobre dados, desmontar sistemas de observação, fiscalização, de combater e até demitir quem combate o desmatamento. É isso que nos torna, hoje, um pária internacional.

Em seu livro, critica os fóruns de negociação mundial, como a COP. Por quê? Se você continuar nesse modelo de colocar 200 países à mesa para negociar dentro das regras da ONU, não tem como chegar lá. Os 20 mais ricos são culpados por 80% das emissões. Tem que colocar preço nas emissões de carbono, impor sanções entre eles. E deixar os outros 180 países para lá.

O Brasil está entre os 20, a Argentina também. Não precisa colocar Madagascar na mesa, tem é que dar dinheiro para eles consumirem mais energia e melhorar a vida da população. Deixa Madagascar para lá, deixa a emissão dos 180 países para lá. Esse modelo da ONU não funciona, está na hora de tomar uma decisão mais séria, ágil e rápida.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49725&anchor=6445069&pd=4cd8e827ff882b1b86aa5d859aad28b0

Senado deve mudar texto, mas avalia que PEC ainda é melhor do que 'plano B'

GABRIELA BILÓ/ESTADÃO-17/12/2019

ADRIANA FERNANDES

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender as emendas de relator reforçou a posição do Senado em dificultar o caminho para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios.

Mas os sinais dados pelo mercado financeiro de que a PEC é melhor solução para bancar o novo programa social do governo do que o "plano B" de prorrogação do auxílio emergencial também estão sendo ouvidos pelos senadores.

Os preços dos ativos, como juros, dólar e Bolsa, reagiram positivamente à votação em segundo turno com a aposta de que a PEC é o menor dos males para as contas públicas. Representantes do mercado têm alimentado os senadores com informações de que o risco para as contas públicas pode ser maior sem a PEC.

Segundo apurou o Estadão, os senadores pretendem mudar o texto para restringir o uso da folga de R$ 91,6 bilhões aberta com a PEC em ano eleitoral via redução das emendas de relator, base do chamado orçamento secreto, que foi colocado em xeque pelo resultado do julgamento do STF.

POSICIONAMENTO. O PT fechou posição contrária à PEC e os senadores de partidos do centro estão divididos - há alguns sinalizando ser contra a matéria. A articulação ganhou força com a criação da Frente Parlamentar de Defesa da Responsabilidade Fiscal, liderada pelos senadores Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Líder do MDB, a maior bancada no Senado, Eduardo Braga (AM), admite que a tramitação na Casa não será fácil, mas apoia a aprovação da PEC com mudanças para torná-la mais restritiva, com a redução do espaço para mais gastos. "Ouvi de uma pessoa do mercado muito influente. É melhor um fim horroroso do que um horror sem fim", argumentou . Ele diz acreditar que a PEC será votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima semana, com votação no mesmo dia no plenário.

O senador Alessandro Vieira, que é um dos autores da ação no STF que questiona o orçamento secreto, a mobilização é para rejeitar a PEC. "Ela é desnecessária. Ela fragiliza o regime fiscal", critica.

STF. Para a senadora Simone Tebet (MDB-MS), o Senado não vai aprovar a PEC do jeito que chegar da Câmara. "Ainda mais agora com o placar do STF. Vamos repor as coisas nos devidos lugares, até porque como subsídio temos a decisão dos ministros do Supremo", afirma. Tebet diz que há saída para bancar o Auxílio Brasil e planos B e C como alternativas.

Segundo o senador Oriovisto, a criação da frente mostra que há número suficiente de senadores que vai atuar contra projetos que atentem contra o teto de gastos. "O primeiro teste vai ser essa PEC dos precatórios. Vamos nos colocar contra."

O que muda com a PEC dos precatórios e por que ela é tão criticada

Por que a PEC dos precatórios é tão polêmica, já que o dinheiro seria usado para o Auxílio Brasil?

Pela forma como o governo conduziu a proposta. Em resumo, o texto faz duas mudanças para abrir espaço no Orçamento de 2022, ano de eleições, de R$ 91,6 bilhões: adia o pagamento de precatórios (dívidas do governo já reconhecidas pela Justiça) e muda a correção do teto de gastos, a regra que impede que as

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**. Não há em nenhuma parte da PEC os detalhes do novo programa social, nem o valor do benefício, nem quais os critérios para as famílias serem contempladas.

A proposta tem só o objetivo abrir o espaço no Orçamento.

Quais são as principais críticas à PEC?

Técnicos alertam que a folga também será usada para turbinar as emendas parlamentares.

Congressistas falam em um piso de R$ 16 bilhões para as emendas de relator, que são direcionadas aos redutos eleitorais de aliados do governo e criticadas pela falta de transparência.

Com a proposta haverá uma mudança no teto de gastos. O que ela pode acarretar?

Hoje, a fórmula para corrigir o teto de gastos considera a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada em 12 meses até junho do ano anterior à vigência do Orçamento.

A escolha desse período se justifica porque é o dado disponível nos meses de agosto, quando o governo precisa enviar ao Congresso o projeto de Orçamento do ano seguinte. Com a mudança, o IPCA usado na correção do teto passa a ser o índice acumulado entre janeiro e dezembro. Segundo os técnicos do Congresso, a alteração é casuística, pois, de 2023 em diante, não há qualquer garantia de que o cálculo de janeiro a dezembro seja mais vantajoso.

Qual será a mudança na quitação dos precatórios?

Pelo texto, o limite proposto é o montante pago em precatórios em 2016, ano da aprovação do teto de gastos, corrigido pela **inflação**. O adiamento dessas dívidas afeta principalmente grandes empresas como Petrobras, bancos públicos e privados e fundos de investimento que adquirem os direitos de cobrar esses débitos.

Tem como criar um novo programa social sem a PEC dos precatórios?

Sim. Especialistas já deram várias sugestões. É possível contabilizar o precatório do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) fora do teto, cortar despesas da máquina pública e direcionar parte das emendas para o gasto social. Com essas medidas, seria possível conseguir espaço de R$ 35 bilhões, o que dobraria o orçamento do Bolsa Família em 2022.

Projeção para o Brasil é a pior na região

Em 2022, entre as sete maiores economias da América Latina, o Brasil deve ter o menor crescimento (0,8%, ante 2,0% na região) e a segunda maior **inflação** (4,9%) - abaixo apenas da Argentina (50,2%) -, segundo o Goldman Sachs

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

'Regular mercado de carbono interessa ao Brasil'

SONIA RACY

Em tempos de COP-26, países em desenvolvimento vêm batendo na tecla de que o mundo deveria financiar a manutenção de florestas em pé, pois nações como EUA e Europa já fizeram sua parte: devastaram seus próprios territórios. Países desenvolvidos deveriam financiar esse esforço? "Não, discordo radicalmente.

É uma visão antiga do toma lá dá cá que já permeou negociações multilaterais brasileiras.

Ao Brasil interessa, sim, regular esse mercado de carbono, pois temos vantagens competitivas.

Isso é matemático. Temos mais facilidade para criar aqui os créditos de carbono a um custo menor", frisa Pedro Passos, presidente da SOS Mata Atlântica e sócio-fundador do Grupo Natura. O empresário justifica: temos uma matriz energética mais limpa. E observa também que temos ativos florestais grandes que, com um bom projeto de restauração, poderão vender esses créditos.

Para o empresário, o Brasil não pode perder esse bonde, até porque sempre teve uma posição de protagonista no debate ambiental. "Já perdemos alguns bondes, o da microinformática, o da globalização. O Brasil era um país fechado, não se integrou ao mundo. Temos de estar na liderança discutindo de igual para igual", argumentou nesta conversa com o projeto Cenários. Ele pondera ainda que a posição dos representantes brasileiros está mais flexível "mesmo que seja por pressão de outros". Aqui vão os melhores momentos.

Como presidente da SOS Mata Atlântica, sabe que a Lei da Mata Atlântica está apanhando muito. Como tem vivido essa situação?

Começo dizendo que a Mata Atlântica é, se não o primeiro, o segundo bioma que é o hotspot da biodiversidade planetária.

Significa que merece tratamento especial. Essa lei foi estabelecida há mais de 15 anos, resultado da ação da nossa ONG, para proteger um bioma que só tem hoje 12% do que era na origem.

E o que faz essa lei? Estabelece um maior rigor para o desmatamento de florestas nativas.

Lembremos aqui que 70% da população brasileira vive nesse bioma. Nossas principais cidades estão nela, assim como 70% do **PIB** nacional.

Querem matar a lei?

Ela está num ambiente de muitos interesses econômicos, há muita pressão, seja na área da construção, na agricultura e para flexibilizar a ocupação do solo.

Na verdade, estão tentando trazer a Lei da Mata Atlântica para a regulação do Código Florestal, que é bem mais flexível.

Como a SOS está fazendo para engajar as pessoas?

Há dois pilares. Uma área de conhecimento, pois não adianta debater só ideologicamente, tem de se basear em fatos. E outra área de informação e educação da população a respeito.

Como o País se urbanizou demais, a floresta e os rios ficaram distantes das pessoas. E esse conhecimento e mobilização são para quê? Para poder mexer em políticas públicas.

As que temos não servem?

Há muitas propostas, e agora está nascendo, em clima da COP-26. É a NDC da Mata Atlântica, a Contribuição Nacionalmente Determinada.

Em que consiste a NDC?

É o compromisso que o País tem e levou à COP-26 para evitar que a temperatura no planeta suba além de 1,5 °C. É a proposta do Brasil para evitar a emissão de carbono. Fizemos um recorte do que seria a NDC para que o bioma da Mata Atlântica ficasse carbono neutro.

Como isso funcionaria?

O solo emite carbono, agricultura e desmatamento emitem, processos industriais também.

Gado emite carbono e metano - os chamados gases de efeito estufa. A gente quer que o País consiga compensar essas emissões tornando-se carbono neutro. O que temos de fazer? Mudar o processo agrícola, para uma ABC - a Agricultura de Baixo Carbono.

Por exemplo, precisa ter mais cabeças de gado concentradas numa mesma área, sem aquela pastagem extensiva. E temos de parar o desmatamento, porque ele é uma forma de emitir carbono. Isso pressupõe disciplina, gestão, fiscalização, fazer valer a Lei da Mata Atlântica.

E também uma ênfase na restauração da mata atlântica.

Há áreas improdutivas que poderiam ser reocupadas por florestas.

A agricultura brasileira é eficiente, não precisa devastar nenhuma área do País.

Se não estou enganada, quem derruba floresta hoje é o pequeno ou médio empreendedor, não? Os grandes já o fizeram no passado, não fazem mais?

Sim, mas há situações diferentes.

Na Amazônia, muitas terras estão sendo invadidas, é uma ocupação diferente da Mata Atlântica, que tem muitas pequenas propriedades.

O que precisamos é criar uma estratégia de restauração desse bioma. E o primeiro passo é cumprir a lei.

Em 20% da área, você tem de ocupar ou compensar. Há mecanismos legais para tanto.

Para pequenos proprietários a gente pode falar em premiações, pois tem custo para essa transição.

E como pretende defender a causa daqui para frente?

É divulgação, conhecimento e conexão. Aprendi que a vida é um fenômeno interdependente, se você faz a conexão entre natureza, água e floresta, tem um novo padrão pela frente. Padrão de comportamento, de negócios, uma outra ética. Cai a ficha, e muda tudo. E a mudança começa por você.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Resolver questões sociais tem impacto positivo na economia

RENNAN SETTI

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Mudança do teto gera R$ 94 bilhões para Bolsonaro gastar no ano eleitoral

Lu Aiko Otta e Lucinda Pinto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187058?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187058?page=1&section=1

Devolução de imposto pode beneficiar 1 em cada 3 no Brasil

Eduardo Cucolo

Um sistema de devolução de **impostos** a pessoas mais pobres, mecanismo previsto em duas propostas de **reforma tributária** de iniciativa do Congresso, pode beneficiar mais de um terço da população brasileira e reduzir a desigualdade com um orçamento inferior ao da desoneração da cesta básica.

Seria possível alcançar 72,4 milhões de pessoas que estão na base da pirâmide de renda com a devolução mensal de até R$ 13,22 por pessoa. Isso significa R$ 52,88 no caso de uma família de quatro pessoas com renda per capita mensal de até R$ 178.

Os cálculos são parte da primeira fase do estudo "Impactos econômicos e sociais do IBS-Personalizado", que será divulgado nesta terça (9) pelo movimento Pra Ser Justo, que reúne entidades a favor da unificação dos **tributos** sobre o consumo, e foi realizado junto com pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

O custo do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) Personalizado nesse modelo é estimado em R$ 9,8 bilhões por ano. Isso representa cerca de metade do que o governo deixa de arrecadar com a desoneração da cesta básica, uma isenção que beneficia também pessoas mais ricas e que nem sempre chega ao preço final do produto.

No estudo, foi realizada uma simulação com base no modelo de devolução proposto pelo CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), que colaborou na elaboração da **reforma tributária** da Câmara (PEC 45).

Nesse cenário, todas as famílias que fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal recebem o benefício. Isso poderia ser feito por meio de isenção na hora da compra ou devolução posterior do tributo.

Duas propostas que estão no Congresso, a PEC 45 da Câmara e a PEC 110 do Senado, preveem esse mecanismo, mas não detalham como o dinheiro seria devolvido.

O valor limite foi calculado com base nos gastos das famílias com itens essenciais da cesta básica, embora a devolução se aplique à tributação de qualquer produto ou serviço com ICMS, ISS, PIS/Cofins e IPI.

Para famílias com renda per capita mensal acima de R$ 178, mas de até meio salário mínimo, a devolução por pessoa cai para 75% do valor teto (R$ 9,25). Acima desse patamar, o benefício é de 35% do teto (R$ 4,63 por pessoa), segundo a proposta do CCiF que serviu de base para o estudo.

Com esses patamares, o IBS-Personalizado beneficiaria mais da metade da população na maioria dos estados do Norte/Nordeste.

O programa poderia ser financiado por um aumento na alíquota estimada para o imposto sobre consumo previsto na reforma de 24,2% para 24,6%.

Esse tipo de mecanismo surge a partir da avaliação de que é mais efetivo desonerar as pessoas mais pobres do que conceder o benefício a determinados produtos, como é feito hoje no Brasil.

"A desoneração não necessariamente chega no preço final. Quando você faz a devolução para a família, garante que os mais pobres vão de fato pagar menos por aqueles produtos. Do ponto de vista da progressividade, é muito mais efetivo", afirma Débora Freire, professora do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG e uma das responsáveis pelo trabalho.

De acordo com o estudo, a desoneração da cesta reduz em apenas 0,1% o índice Gini (medida internacional de desigualdade). A **reforma tributária** tem um impacto de 2%, percentual que sobe para 3,2% com o mecanismo de devolução.

"As desonerações, mesmo da cesta básica, de medicamentos, da Zona Franca de Manaus, têm custo alto e uma redução muito pequena ou até aumento de desigualdade", afirma Marina Thiago, gerente de advocacy da Endeavor e do Movimento Pra Ser Justo.

"Mesmo que a reforma tire todos esses benefícios, ela tem impacto distributivo positivo. Quando coloca o IBS-Personalizado nessa conta, melhora ainda mais."

Segundo o estudo, cerca de 85% do dinheiro ficaria com as famílias na faixa de até um salário mínimo mensal de renda; 72% iria para pessoas negras

(pretos e pardos) e 57% dos beneficiados seriam mulheres. O Norte/Nordeste receberia 50% do benefício.

"Geralmente, quando se fala em progressividade, se discute mais a tributação de renda. Mas é importante mostrar que, também por esse caminho, a gente consegue trabalhar para reduzir a desigualdade para as famílias mais pobres", afirma Renata Mendes, líder do Pra Ser Justo.

Ela lembra que um modelo semelhante foi criado neste ano pelo governo do Rio Grande do Sul, para devolução do ICMS estadual. Nesse caso, é feita devolução fixa de R$ 400 anuais para quem está no Cadastro Único federal.

Segundo o estudo do Pra Ser Justo, entre 30% e 20% da população do estado seria beneficiada pela isenção personalizada dos cinco **tributos** sobre o consumo, mesmo percentual estimado para São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás.

O trabalho mostra ainda que a **reforma tributária** com o mecanismo de devolução reduz os preços do conjunto de itens adquiridos pelas pessoas com renda média de até oito salários mínimos, compensada pelo encarecimento do consumo da população mais rica. Aqui, o fator principal é a adoção da alíquota uniforme para todos os bens e serviços, prevista nas propostas de reforma.

"A reforma já tem um impacto de redução nos preços da cesta dessas pessoas. Além disso, eles vão receber de volta esse valor [dos **tributos**], o que mostra o quanto é positivo para os mais pobres", diz Marina Thiago.

Segundo o Pra ser Justo, a devolução de **tributos** é uma recomendação de várias entidades internacionais. Muitos países têm dificuldade em implementá-la por conta da falta de informações sobre beneficiários. Esse não é o caso do Brasil, que conta com o Cadastro Único (em geral, para famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda total de até três mínimos), que também serve de base para o pagamento do Bolsa Família e outros programas sociais.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49725&anchor=6445069&pd=4cd8e827ff882b1b86aa5d859aad28b0

Quem receberia

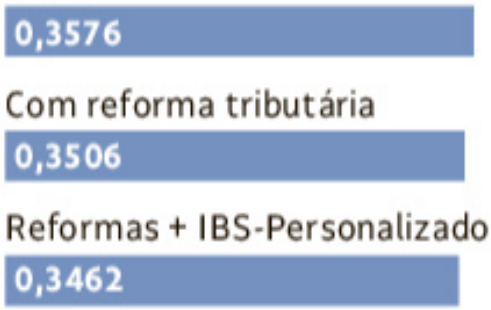
Simulação com famílias do Cadastro Único

72,4 mi de pessoas
O equivalente a **34,8%** da população

Até R$ 13,22 mensais
Valor restituído por pessoa

R$ 52,88
Exemplo com família de renda per capita até R$ 178/mês

Impacto sobre Índice Gini do consumo



Fonte: Relatório Impactos Econômicos e Sociais do IBS-Personalizado (UFMG/Pra ser Justo)

Trabalho informal bate recorde e deve continuar a crescer

Marsílea Gombata

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187058?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187058?page=1&section=1

Réplica: A PEC 110 interessa ao Brasil

Melina Rocha
Diretora de cursos na York University

O artigo "**Reforma Tributária**: simplificar ou IVA dual?" , publicado no dia 3 de novembro por João Diniz e Alberto Macedo, termina com a seguinte pergunta: "A quem interessa a PEC 110?" A resposta a esta pergunta é muito simples e direta. A PEC 110 interessa ao Brasil: a todos os cidadãos, setores e entes federativos, sem exceções.

O novo relatório da PEC 110 apresentado pelo senador Roberto Rocha propõe a criação de um sistema de IVA-Dual , que substituirá os atuais **tributos** sobre o consumo (ICMS, ISS, PIS e Cofins) por apenas dois: a CBS federal e o IBS dos estados e municípios.

A proposta promoverá uma reforma ampla e uma verdadeira simplificação na tributação sobre o consumo , acabando com as inúmeras distorções hoje existentes: cumulatividade na cadeia, guerra fiscal, tratamento desigual entre produtos e serviços e benefícios fiscais a setores. A PEC 110 reduzirá consideravelmente o contencioso tributário e trará mais justiça e transparência ao consumidor de bens e serviços, que é quem efetivamente suporta a carga tributária.

Portanto, a pergunta correta a ser feita é a seguinte: a quem interessa manter o atual sistema tributário? E a resposta a esta pergunta também é simples e direta: os que mais se beneficiam deste injusto e caótico sistema são os únicos que defendem a manutenção do atual modelo de tributação.

Para começar, não é verdade que o setor de serviços vai ser mais onerado. Os serviços hoje se beneficiam de uma alíquota significativamente inferior em relação àquelas aplicadas para bens e mercadorias, o que beneficia os mais ricos que consomem mais serviços, aprofundando a regressividade do nosso sistema.

A PEC 110 propõe justamente corrigir esta distorção histórica ao propor uma tributação igual para todos os bens e serviços por meio de um IVA. Além disso, os serviços prestados no meio da cadeia passarão a gerar crédito, o que faz com que haja uma desoneração completa do setor produtivo. O ISS hoje cobrado ao longo da cadeia não gera crédito e incide de forma cumulativa e cruzada, acabando por se incorporar e aumentar o preço final dos produtos.

Cabe ressaltar que a grande maioria dos serviços a consumidor final são prestados por empresas enquadradas no Simples e este sistema não terá qualquer mudança com a PEC 110. Também não haverá qualquer aumento de complexidade para os prestadores de serviços, já que a apuração do IBS será simples e automática. O argumento de que o setor de serviços "não tem praticamente nada a compensar" revela um total desconhecimento do IVA.

Crédito é o equivalente ao imposto pago pelas empresas em aquisições no meio da cadeia: se a empresa tem muito crédito é porque pagou muito IVA nas etapas anteriores; se tem pouco crédito, significa que desembolsou menos para pagar IVA. Por fim, a transição entre o sistema atual e a implementação completa do IBS foi justamente proposta para que haja a possibilidade de ajustes dos preços relativos de modo a que seja possível o repasse da alíquota integralmente aos tomadores dos serviços.

Também não é verdade que haverá aumento de carga tributária no IVA-Dual. O texto da PEC traz uma trava obrigando que a alíquota do IBS seja fixada de modo a que a arrecadação seja exatamente a mesma dos atuais **tributos**.

O artigo ainda fala em "deslealdade federativa" dos estados para com os municípios. Na verdade, esta não parece ser a opinião de 93% dos municípios que apoiam a PEC 110. Mais ainda, a tal da deslealdade parece vir dos grandes municípios que, acreditando que a sua fatia do bolo tributário está aumentando, se negam a ter uma visão federativa de país. Para se ter uma ideia da distorção, apenas duas capitais, representando 9% da população brasileira, concentram 32% da arrecadação do ISS.

De forma contrária, a PEC 110 considera a situação de todos os entes federativos, propondo inclusive uma transição mais longa e gradual para a passagem das receitas da origem para o destino, fazendo com que os ganhos arrecadatórios decorrentes do crescimento gerado pela Reforma evitem perdas para os grandes municípios.

A proposta formulada pelos municípios maiores - Simplifica Já - é rejeitada por todos os demais entes da federação e propõe apenas um remendo dos atuais **tributos**, sem alterar os principais problemas do sistema como complexidade, cumulatividade e falta de isonomia. Ao contrário do modelo da PEC 110, o Simplifica Já resultará em aumento relevante da carga

tributária, principalmente por prever a migração da cobrança do ICMS para o destino, o que fará com que o imposto não cobrado no estado de origem por conta de benefícios fiscais passe a ser cobrado no estado de destino.

A PEC 110 interessa aos brasileiros, interessa à nação e não a entes ou setores específicos como a proposta do Simplifica Já. Quem está contra a reforma, está procurando manter benefícios e privilégios, manter a desigualdade e a regressividade e, principalmente, está impedindo que o país tenha o crescimento condizente com a sua importância no mundo.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/replica-a-pec-110-interessa-ao-brasil.shtml

Na nova fila dos precatórios, o efeito "bola de neve"

MANOEL VENTURA E MARTHA IMENES

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Relator quer elevar isenção do IR para R$ 3,3 mil

FERNANDA TRISOTTO E JULIA LINDNER

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Governo estuda criar fundo para combustíveis

Washington Luiz

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse nesta terça-feira (9) que o governo estuda criar um "colchão tributário" e uma reserva estabilizadora de preços para conter a alta no preço dos combustíveis.

Albuquerque fez a afirmação durante audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado, mas não explicou como as medidas funcionariam nem quando seriam anunciadas. Ele ainda destacou que a redução de **tributos** para resolver o problema dependerá de compensações.

"Alguns **tributos** já foram reduzidos, outros estão em análise, tem que haver compensação. O colchão tributário, que é uma medida que pode permitir, ao longo do tempo, que essas variações dos preços do petróleo e também dos combustíveis sejam compensadas de alguma forma. E uma reserva estabilizadora de preço, que seria uma reserva de capital que pudesse ser aplicada quando houvesse uma volatilidade muito grande", informou o ministro.

Na última semana, o preço da gasolina subiu novamente e já chega a custar R$ 7,999 por litro em Bagé (RS), onde a pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) encontrou o maior valor.

Na média nacional, o combustível foi vendido a R$ 6,710 por litro, alta de 2,2%, ainda com repasses do último reajuste promovido pela Petrobras, de 7%, no fim de outubro. O valor é um novo recorde desde que a ANP começou a compilar os preços dos combustíveis no país, em 2002.

O preço do diesel também teve alta e tem sido vendido, em média, por R$ 5,339 por litro. O valor é 2,4% superior ao praticado na semana anterior.

O ministro atribui os aumentos constantes à alta do petróleo e à desvalorização cambial.

"Os investimentos em petróleo e gás no mundo, nos últimos três anos, caíram 40%. E agora nós temos uma crise de oferta e demanda. A demanda é maior que a oferta, daí o aumento", concluiu.

Uma das soluções defendidas por técnicos do governo para resolver a crise é a criação de um fundo de compensação abastecido com recursos da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico).

A ideia é destinar até 71% do total dos recursos arrecadados com o tributo para esse fundo. A diferença (29%) precisa ser transferida, obrigatoriamente, para estados e municípios.

Em 2020, a Cide arrecadou R$ 1,5 bilhão. Assim, o percentual estimado pelo governo geraria até R$ 1,1 bilhão para compensar os preços.

Atualmente, esse dinheiro vem custeando principalmente obras do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) em estradas, além de projetos da **Receita Federal** por meio do Fundaf (Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização), que tem como objetivo principal alterar a estrutura de arrecadação do fisco.

No Congresso, a Câmara aprovou um projeto que muda a regra sobre o ICMS (imposto estadual) de combustíveis e prevê que o tributo seja aplicado sobre o valor médio dos últimos dois anos para baratear o preço da gasolina.

A proposta, porém, enfrenta resistência de governadores e está parada no Senado. Nas próximas semanas, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve se reunir com representantes da Petrobras e dos estados para tentar construir uma saída.

Além disso, a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou nesta terça convite para que Albuquerque, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, prestem informações sobre os sucessivos

aumentos de preços dos combustíveis. Eles não são obrigados a comparecer.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49725&anchor=6445069&pd=4cd8e827ff882b1b86aa5d859aad28b0